

Apresentação

É com grande honra que apresentamos o segundo volume da Edição Especial dedicada ao tema *Gestão e Governança no Ministério Público, na Revista Jurídica do Ministério Público do Tocantins*. Esta publicação resulta dos estudos e pesquisas desenvolvidos no curso de pós-graduação lato sensu em Gestão e Governança, oferecido pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do MPTO (Cesaf-ESMP).

Este volume especial reflete o compromisso contínuo do MPTO com a capacitação e qualificação de seus integrantes, promovendo uma atuação cada vez mais técnica, eficiente e focada em resultados concretos para a sociedade. A especialização em gestão e governança emerge como uma ferramenta indispensável para a construção de uma instituição ministerial robusta e ágil, capaz de responder aos desafios contemporâneos com responsabilidade e celeridade.

A capacitação oferecida por meio deste curso visa não apenas aprimorar o conhecimento técnico dos participantes, mas também desenvolver novas perspectivas sobre a gestão pública, promovendo uma cultura de governança que valoriza o capital humano e os processos institucionais. Nesse sentido, cada artigo desta edição contribui significativamente para a consolidação de uma atuação ministerial mais resolutiva, orientada para a melhoria contínua dos serviços prestados à população.

O artigo inaugural, intitulado “A atuação do Ministério Público do Estado do Tocantins na defesa da saúde de pessoas privadas de liberdade”, de Gleidson Alexander Cunha Ribeiro e Wainesten Camargo da Silva, destaca o papel crucial do MP na implementação e fiscalização de políticas públicas, em especial no que tange à saúde no sistema prisional. A pesquisa sugere que, para garantir a dignidade das pessoas privadas de liberdade, é imperativo que os membros do MP estejam continuamente capacitados para enfrentar os desafios desta área de alta complexidade.

Em seguida, Sávio Kllever Magalhães Moreira e Jacqueline Orofino da Silva Zago de Oliveira trazem uma análise minuciosa sobre “A atuação ministerial nos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher na comarca de Palmeirópolis durante a pandemia da Covid-19”. Este estudo revela o impacto do isolamento social no aumento de casos de violência doméstica, ressaltando a importância de uma resposta ágil e eficaz do MPTO para proteger as vítimas e garantir a justiça, mesmo em tempos de crise sanitária.

O artigo de Lorena Caldeira Rodrigues e Paula Balbio Machado, “A importância do controle das renúncias de receita pelo Ministério Público”, aborda um tema fundamental para a governança pública: a gestão eficiente dos recursos financeiros. A pesquisa oferece insights sobre a necessidade de monitoramento contínuo das renúncias fiscais, garantindo maior transparência e responsabilidade na aplicação dos recursos públicos.

Fáustone Bandeira Morais Bernardes e André Luiz de Matos Gonçalves analisam a “Legalidade do reajuste dos subsídios dos agentes políticos”, uma questão de alta relevância jurídica e administrativa. O artigo explora a necessidade de conciliar o cumprimento das normas legais com a responsabilidade fiscal, contribuindo para uma governança pública mais ética e sustentável.

No campo do desenvolvimento territorial, o artigo de Mariana Mendes de Oliveira e Wainesten Camargo da Silva, “O Ministério Público do Tocantins como agente de desenvolvimento territorial em Taquaruçu através do turismo em sua atuação resolutiva”, apresenta uma abordagem inovadora do MPTO como agente catalisador de políticas públicas voltadas para o turismo sustentável, destacando o papel da governança no fomento de iniciativas locais que impactam positivamente a economia e a qualidade de vida das comunidades.

O foco na valorização do capital humano é aprofundado no estudo de Tanize Santos Ferreira e Carlos Rosa Mendes, intitulado “O capital humano no centro do processo de governança: uma análise dos relatórios de gestão do Ministério Público do Estado do Tocantins com ênfase nos indicadores estratégicos relacionados às pessoas”. Este artigo enfatiza a relevância de uma gestão que prioriza o desenvolvimento de seus servidores, reconhecendo que o êxito institucional está intrinsecamente ligado à qualificação e motivação do seu corpo funcional.

A análise jurídica de Heloísa Casado Lima Guelpeli de Souza e Jacqueline Orofino da Silva Zago de Oliveira, no artigo “O impacto da Súmula Vinculante nº 56 no regime semiaberto no Estado do Tocantins: uma análise à luz da governança pública”, propõe uma reflexão sobre a adequação das políticas públicas às decisões judiciais vinculantes, reforçando a necessidade de ajustes institucionais para garantir a efetividade dos direitos fundamentais.

Finalizando este volume, Natália Fernandes Machado Nascimento e Octahydes Ballan Júnior trazem “Os impactos do sistema de procedimento eletrônico extrajudicial na gestão das promotorias de justiça do MPTO”, destacando como a inovação tecnológica está transformando a gestão interna do MPTO, agilizando processos e contribuindo para uma atuação ministerial mais eficaz e transparente.

Essa coleção de artigos reforça o papel do Ministério Público como um órgão essencial à justiça e à promoção do bem-estar social, demonstrando que a busca pela excelência na gestão e governança é um caminho seguro para a construção de uma instituição cada vez mais resolutiva, célere e eficaz. Esperamos que esta edição sirva de inspiração para outros órgãos públicos e contribua para o fortalecimento das instituições democráticas, promovendo um debate qualificado sobre os rumos da administração pública no Brasil.

Boa leitura!

Cleivane Peres dos Reis

Coordenadora Pedagógica do CESAFA-ESMP